

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.350 - MS (2018/0250386-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**RECORRENTE : LUCAS RODRIGUES GODOY (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. SÚMULA 52/STJ. NOVO TÍTULO. PREJUDICIALIDADE.  
Recurso ordinário prejudicado.

**DECISÃO**

Recurso ordinário interposto por **Lucas Rodrigues Godoy** contra o acórdão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que denegou o *Habeas Corpus* n. 14075104520188120000 (fl. 365):

HABEAS CORPUS ART. 155, § 4º, INCISOS I E IV, POR QUATRO VEZES, ART. 155, § 4º, INCISOS I E IV, C/C ART. 14, INCISO II, TODOS DO CÓDIGO PENAL, E DO ART. 2º DA LEI N. 12.850/13. - ALEGADO EXCESSO DE PRAZO - NÃO VERIFICADO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS E DELITOS - ORDEM DENEGADA.

1. Configura-se o excesso de prazo somente quando o retardamento se dá por ineficiência da prestação jurisdicional, o que não se verifica, já que o feito recebeu o devido impulso processual.

2. Nem sempre é possível concluir os processos dentro do lapso de tempo considerado razoável, tendo em vista a complexidade do feito ou mesmo as dificuldades de natureza administrativa que acabam por impedir que a marcha processual seja concluída em curto lapso temporal, especialmente quando se trata de processo com pluralidade de réus e de delitos, como no caso dos autos.

Insiste o recorrente na tese de excesso de prazo, tendo em vista que já estaria preso há 7 meses, sem que tenha sido concluída a instrução criminal.

É o relatório.

Sucede que o pedido está prejudicado.

Há notícia, obtida no portal eletrônico do Tribunal local, de que, em 5/12/2018, sobreveio o julgamento da ação penal (Autos n. 0002901-98.2018.8.12.0001), ocasião em que o ora recorrente foi condenado e a prisão mantida, devendo apenas ser readequada ao regime semiaberto, conforme estabelecido na sentença (fls. 423/439).

Ora, a superveniência de sentença condenatória torna prejudicado o recurso que tem por escopo revogar prisão cautelar para que o recorrente aguarde em liberdade o julgamento da ação penal. De um lado, por ser aplicável a Súmula 52/STJ; de outro por constituir a sentença novo título judicial, que agora ampara a segregação.

Do Superior Tribunal, confira-se este julgado:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. EXAME DO MÉRITO. PARCIAL PREJUÍZO. SÚMULA N. 691 DO STF. SUPERAÇÃO. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. GRAVIDADE ABSTRATA DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA.

1. Havendo sido prolatada sentença condenatória em desfavor de um dos pacientes, ainda que lhe tenha sido vedado o direito de apelar em liberdade, é de se julgar prejudicado o exame do habeas corpus quanto à higidez dos fundamentos invocados originariamente pelo Juízo de primeiro grau para imposição de sua custódia preventiva, para não incorrer em supressão de instância.

[...] (HC n. 423.213/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, Dje 4/6/2018)

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o recurso ordinário em *habeas corpus* por perda superveniente do objeto (art. 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator